



OLHARES

REVISTA DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO - UNIFESP

Educação e formação em tempos e cenários de pandemia: entrevista com Magali Aparecida Silvestre

Itale Luciane Cericato
Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP
Itale.luciane@unifesp.br

Jorge Luiz Barcellos da Silva
Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP
Jorge.barcellos@unifesp.br

Em meados de março de 2020, o governador do estado de São Paulo suspendeu as aulas presenciais nas instituições de ensino públicas e particulares em decorrência do início da pandemia de Covid-19. Naquela altura, o estado era o epicentro de propagação do novo coronavírus no país e, embora a suspensão das aulas tivesse sido feita por tempo determinado, o exemplo de outros países e os estudos científicos divulgados pelo Imperial College London e suas embaixadas evidências a respeito da disseminação do vírus tornavam perceptível que o retorno presencial às aulas não ocorreria em breve.

As discussões acerca da continuação das aulas com o uso de tecnologias foram iniciadas por diversas redes de ensino, antecipando um fenômeno que já estava sendo gestado no campo educacional.

Em face dessa conjuntura, os pesquisadores do PRODOC, Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Profissão Docente, e do GEPEPINFOR, Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Escola Pública, Infâncias e Formação de Educadores, apoiados pelo CEFE, Centro de Formação de Educadores da Escola Básica da Universidade Federal de São Paulo, em uma ação conjunta e intercampi, propuseram a realização de um ciclo de encontros com o objetivo de debater a educação e a formação realizadas em tempos e cenários de pandemia. A iniciativa, ocorrida entre 24 de abril e 22 de maio, foi organizada em cinco encontros virtuais¹ que debateram a temática abordando as especificidades presentes em todos os segmentos de ensino, da Educação Infantil ao Ensino Superior. Os encontros foram planejados com a preocupação de estabelecer um estreito diálogo entre a universidade e os professores de diferentes redes de ensino municipais e do estado, de instituições públicas e particulares.

O encontro que iniciou a ação promoveu uma entrevista com a professora doutora Magali Aparecida Silvestre, pedagoga, mestre e doutora em Educação: Psicologia da Educação pela PUC-SP e professora associada da Universidade Federal de São Paulo, na

¹ Disponíveis em: <https://www.youtube.com/channel/UC7I0OdzuLPHN0hwF0d3CjEQ>



qual, além de exercer a direção acadêmica da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, no *campus* Guarulhos, é orientadora nos programas de pós-graduação em Educação e Educação e Saúde na Infância e na Adolescência.

Nas páginas a seguir, a professora Magali discorre sobre questões importantes para o campo da educação, de modo geral, e a formação de professores, em particular. Entre as questões abordadas, estão o papel social da escola no cenário da pandemia; o papel da universidade pública no enfrentamento à crise presente no campo da educação, que evidencia a enorme desigualdade social existente no país; e como ambas as instituições podem somar forças na construção de alternativas para os desafios que vivemos.

Ao socializar esta entrevista com a comunidade acadêmica, os pesquisadores do PRODOC e do GEPEPINFOR, representados por seus coordenadores e pela presidência do CEFE, esperam oferecer elementos que contribuam para a necessária reflexão acerca do ensino realizado remotamente, colocando em debate princípios caros à escola no que concerne ao direito de acesso universalizado à escolarização e à dimensão da formação e emancipação da condição humana presente nessa escolarização. Esses aspectos demonstram o projeto de educação, de escola e de sociedade que estamos a construir.

Desejamos a todos uma boa leitura.

Neste momento de isolamento social, estamos acompanhando as diferentes redes de ensino se organizando para oferecer atividades mediadas pela tecnologia. Vários termos estão sendo usados nesse cenário, entre eles, ensino remoto, educação a distância, ensino não presencial. Esses termos se referem à mesma coisa ou existem diferenças importantes entre eles que devemos considerar no cenário educacional?

Primeiro gostaria de fazer um agradecimento a todos vocês que organizaram este evento. A vocês dos grupos de pesquisa, pelo convite e ao CEFE, um centro que pensa a educação dentro da Unifesp.

Eu creio que este debate nos ajuda a pensar que a pandemia não tem como foco só a questão da saúde da população; ela coloca em jogo vários outros aspectos. Um deles é a educação, e o outro se refere às desigualdades sociais que afloraram com todos esses problemas gerados por ela. Isso faz com que tenhamos que ampliar um pouco o debate sobre o que está acontecendo com a gente, essa conjuntura que nós nunca tivemos e nunca vivenciamos, que nos impõe diferentes desafios e escancara os problemas existentes na sociedade brasileira, nas diferentes regiões do país.

Então eu queria agradecer imensamente. Ao mesmo tempo, comentar que eu sou diretora do *campus* Guarulhos e tenho pedido a vários interlocutores, professores e pesquisadores: vamos falar mais, vamos divulgar o que temos investigado e produzido como conhecimento socialmente referenciado. Eu recebi este convite e foi quase impossível dizer não porque, de certa forma, tenho procurado incentivar os colegas da área de humanidades a falarem mais sobre essa conjuntura. Por essas razões elencadas, eu recebo este chamado com bastante satisfação e espero atender às expectativas. Inicialmente, vale demarcar que não sou especialista na área de educação a distância, até porque essa é uma



área de conhecimento recente e que tem as suas especificidades. Mas é possível responder a essa questão porque entendo que há uma diferença considerável entre o que estamos chamando de ensino remoto ou ensino a distância e educação a distância. Se levarmos em consideração a legislação brasileira, a LDB, por exemplo, a educação a distância é uma das modalidades, assim como a educação de jovens e adultos, a educação para o campo e a educação profissional. Ao compreender a educação a distância como uma modalidade, a lei destaca a importância de se pensar o próprio ensino de formas diferentes sem perder de vista a abrangência do processo ao tratá-lo como educação. Pensar a educação a distância é pensar sobre processos formativos de pessoas de maneira que abranja a sua totalidade e suas especificidades, isto é, tendo como mediação, obviamente, as tecnologias, por ser a distância, mas levando em consideração, principalmente, uma metodologia própria, e essa é uma questão que caracteriza bem a diferença entre a educação a distância e o ensino presencial. Desenvolver processos educativos a distância envolve uma forma de organização diferente, uma metodologia diferente, própria para essa modalidade. A educação a distância no Brasil é hoje caracterizada pela figura dos tutores, envolve um processo de preparação de material específico que problematize, que acione os processos de aprendizagem do educando pelo uso de ferramentas tecnológicas. Quando falamos em educação a distância no país, de acordo com a legislação, nós estamos falando de um processo muito complexo e que exige, principalmente, um tempo de planejamento grande e cuidadoso. De forma alguma nós podemos dizer que nessa conjuntura o que está acontecendo nas escolas, em todo o Brasil, tanto na Educação Básica como no Ensino Superior, seja educação a distância. Isso é um erro. É empregar a terminologia de forma equivocada.

Fazer essa diferenciação nos ajuda um pouco, mas não necessariamente identifica tudo o que nós temos que considerar sobre o que estamos chamando de ensino a distância. Quando tratamos o termo como ensino, já estamos reduzindo a questão do processo educativo. O ensino é uma parte do processo educativo e do processo formativo. Ensino remoto ou ensino a distância, eu entendo como sinônimos e ambos têm sido considerados uma substituição ao ensino presencial, que passa a ser realizado a distância pelo uso das tecnologias de informação e de comunicação. É aí que começa todo o nosso dilema. É possível substituir aquilo que foi planejado, levando em consideração um currículo, um contexto, uma série de outras determinações, na modalidade presencial, por ensino a distância? Eu penso que essa é a principal questão antes mesmo de discutirmos se somos a favor ou contra o ensino a distância. É possível o uso das tecnologias de informação e de comunicação ou não é possível? Quando dá para desenvolver o ensino dessa maneira e quando não dá?

Nessa perspectiva, quais impactos o ensino remoto pode ter na formação dos estudantes? Você apresenta uma diferença importante entre a educação a distância e o ensino remoto no que se refere ao planejamento e propõe refletir sobre a eficácia dos processos de ensino remoto em relação ao processo educativo, mas vivemos um cenário em que as escolas estão fechadas, as pessoas estão isoladas, e é isso o que está disponível neste momento. Que impactos podemos pensar que essa conjuntura



de ensino remoto pode gerar em termos de formação do estudante?

Há algumas questões importantes a serem pontuadas. Acho que um dos grandes problemas quando discutimos educação e formação é que tratamos as duas temáticas de um modo geral. E quando olhamos para a realidade brasileira, para os processos educativos, para as escolas, é importante levar em consideração três questões. A primeira delas é que o Brasil é diverso. Tratar sobre a educação na cidade de São Paulo é diferente, por exemplo, de tratar sobre a educação no Maranhão, no Piauí, no Amazonas. A discussão sobre a possibilidade de desenvolver o ensino remoto ou não deve levar as diferenças regionais em consideração. A segunda questão é que é muito diferente discutir o ensino remoto na universidade, em que o nível de desenvolvimento intelectual do estudante é mais avançado, o que permite a ele lidar com operações intelectuais muito mais complexas por meio de ferramentas digitais, e tratar sobre ensino remoto para crianças do primeiro ano em processo de alfabetização. Essa generalização está no discurso dos governadores, dos secretários de educação, em alguns documentos expedidos para regular o ensino em tempos de isolamento social. Embora o Conselho Nacional de Educação, no Parecer CNE/CP n. 05/2020, que trata da “Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19”, tenha indicado diferenças entre os níveis de ensino, o debate tem se reduzido ao ensino remoto. A terceira questão é a inclusão digital, que é um impasse também vivenciado pelas universidades. O Conselho Nacional de Educação, no referido parecer, indica “a realização de atividades pedagógicas não presenciais (mediadas ou não por tecnologias digitais de informação e comunicação)”, isto é, o ensino presencial poderá ser substituído por outra forma que não seja necessariamente pelo uso da internet, mas se não for *on-line*, como será? Pelo correio? Quem vai distribuir o material? Alguém ficará lá na porta da escola distribuindo? No estado de São Paulo isso já está ocorrendo, mas não é suficiente. Quando tratamos sobre ensino remoto, consideramos o uso das tecnologias de informação e de comunicação e, ao pensar o uso dessas ferramentas, novamente estamos diante de um problema decorrente das diferenças sociais que temos no Brasil. Há dados importantes que devem ser considerados para a adoção do ensino remoto. Às vezes lemos manchetes e ficamos bastante animados, mas quando aprofundamos a análise dos dados constatamos que a realidade ainda é preocupante. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), baseados na Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios Contínua – Tecnologia da Informação e Comunicação (Pnad Contínua – TIC) de 2018, revelam que 69,8% da população brasileira possuía acesso à internet no ano de 2017 e que esse número aumentou para 74,7% em 2018. Sendo assim, podemos considerar que quase 30% da população brasileira ainda não possui acesso à internet, uma parcela que não poderá vivenciar o ensino remoto. Essa diferença se reproduz em diferentes escalas em uma única região do país, em um estado, em um município, em um bairro ou, ainda, em uma mesma escola, o que significa que há crianças que terão acesso e crianças que não terão acesso ao ensino remoto. Isso é um problema bastante sério.



Quando desvendamos os dados, notamos a complexidade da questão, ou seja, há dados que indicam que 69% das pessoas que têm acesso à internet o fazem pelo *smartphone* com uma intenção específica, que é a comunicação. Na zona rural, por exemplo, somente 41% da população tem acesso à internet. Então podemos inferir que sem acesso à internet não existe ensino remoto ou educação a distância. Se a maioria dos brasileiros acessa a internet via *smartphone*, podemos também considerar que esse dado significa certa restrição a determinadas ferramentas digitais. Além disso, qual é o tipo de banda larga que o cidadão tem na sua casa? Sabemos que, normalmente, o acesso à internet pelo celular ainda é precário. Mas vamos pensar no computador de mesa em casa. Nesse caso, estou trabalhando um pouco com aquele modelo idealizado de aluno que temos em todos os documentos, que verificamos nos discursos: o aluno em casa, naquele horário, abrindo o computador, acionando a internet e tendo aula por meio do ensino remoto. Quando recorremos aos dados disponibilizados pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (CETIC), constatamos que 93% da população brasileira possui celular, mas somente 27% possui computador portátil e 19%, computador de mesa. O que fica claro ao estabelecermos relações entre essas informações? No Brasil, segundo os dados, quando tratamos sobre ensino remoto, estamos nos referindo ao ensino que acontecerá por meio do celular, por meio de uma banda larga precária e que atingirá somente 70% da população. Esse cenário já nos permite identificar um elemento para dizermos “espere aí!”. Existe um processo de pandemia no Brasil e no mundo, uma situação séria de isolamento social; deixar as crianças, adolescentes e adultos longe da escola é muito complicado. É ruim ficar sem estudar e sem aprender, mas não dá para resolver esse período de desconexão com os espaços escolares substituindo o ensino presencial por uma forma a que nem todos terão acesso. Isso fere os princípios do direito à educação que estão na Constituição. São discussões de fundo, existem outras, e precisamos identificá-las e enfrentá-las para tomar decisões que envolvam a educação e a formação em tempos de pandemia. Daqui a pouco teremos que pautar a volta para a sala de aula. Eu penso que temos que amadurecer bastante essas questões e como daremos conta delas. Ao analisarmos a legislação sobre educação a distância (Decreto Presidencial n. 9057/2017), encontramos que ela deve ocorrer “com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso [...]”, ou seja, a legislação da educação a distância trata sobre qualificação e políticas de acesso, então, o ensino remoto, para ser viabilizado, necessita de políticas públicas que garantam o acesso. Os governantes precisam centrar suas ações nas questões da saúde, obviamente, mas de forma concomitante precisam elaborar políticas de inclusão digital no país. Não podemos “desconectar” os impactos sofridos na educação dos problemas de saúde que o país está enfrentando, para que não reforcemos as desigualdades, tampouco um papel que a escola ainda não superou totalmente, que é cuidar para que nenhum estudante fique para trás. Isso é maior do que dar apostila pronta para as escolas.

Você nos trouxe uma reflexão bastante importante sobre o que fazer para que a escola cumpra o papel que lhe está previsto constitucionalmente, tendo o cuidado para não excluir um contingente grande da população neste momento de ensino



remoto. O que podemos dizer acerca do papel da escola no cenário da pandemia e pós-pandemia? Qual é o papel da escola e quais desafios este momento traz para a área da educação?

Eu penso que a escola tem um papel fundamental para além daqueles que estão conferindo a ela, como centro de distribuição de apostilas ou de ocupação para virar um hospital, como estamos assistindo acontecer. Eu penso que a escola tem um papel fundamental neste momento. Não sou contra o ensino a distância ou o ensino remoto, mas acho que a escola poderia ser um polo importante, por exemplo, para difundir determinados conhecimentos necessários para a própria população ou para a própria criança. Tradicionalmente, qual é o foco? O foco é cumprir o calendário escolar. O ensino remoto está a serviço do cumprimento do calendário escolar e aparece como alternativa para tentar dar conta de conteúdos que foram planejados para serem ensinados presencialmente. Por que o foco tem que ser no conteúdo escolar? Por que o foco agora não está nos grandes desafios a serem enfrentados, nas leituras, problematizações e encaminhamentos que surgem a partir desse cenário? Por que não pensamos nisso em vez de priorizar o como fazer ensino remoto compensatório? Vamos tentar suprir conteúdos que não estão sendo ensinados presencialmente? Quais são os conteúdos primordiais neste momento? Seria importante debater com a população, com os pais dessas crianças, os limites de acesso à rede mundial de computadores, a crise sanitária e social na escala do planeta, do país e do bairro. De cara, a escola já está prejudicada porque ela não tem acesso a todos os seus estudantes. Muitas vezes existe só um celular em casa e ele não será usado para o ensino remoto. Já há um prejuízo do papel efetivo da escola, do conhecimento escolar a ser desenvolvido, a ser aprendido. Já há esse prejuízo. Então qual é o papel da escola neste momento? Que aprendizagens ela pode difundir? Como ela pode trabalhar na perspectiva de fazer com que a população fique mais esclarecida sobre o que está acontecendo? Por que os processos de ensino não podem envolver mais a comunidade? Eu considero que esse seria o grande desafio, os professores discutirem as ferramentas tecnológicas, discutirem exatamente o que nós estamos discutindo aqui, antes de eles serem obrigados a desenvolverem o ensino remoto. Os gestores públicos deveriam ter convidado os professores a discutirem quais são as possibilidades, que é exatamente o que nós estamos fazendo aqui na universidade e neste debate. Por quê? Porque os professores também não têm acesso integral à internet, porque os professores são, na sua maioria, mulheres que, além de assumirem as tarefas de casa, estão educando seus filhos porque eles também não estão na escola. Eu não consigo, por mais que tente, eu não consigo dissociar a discussão sobre o ensino remoto da jornada de trabalho das professoras. Se pensarmos do ponto de vista do trabalho docente, o ensino remoto se configura como uma nova forma de organização do trabalho que amplifica a própria jornada de trabalho. Não é possível dissociar. O ensino remoto, para ser desenvolvido, deve considerar as questões relacionadas ao trabalho docente, às formas de organização do trabalho, e essa nova jornada tem se mostrado muito mais intensa. O papel da escola neste momento seria o da reflexão visando à ação, à tentativa, na medida do possível, de estimular, discutir, exatamente como nós estamos fazendo aqui, ou seja, indagar: O que nós vamos fazer



enquanto estivermos fechados? Como conectar as crianças sem acesso à internet? Como nós vamos fazer para não deixar as crianças e as famílias para trás? É preciso discutir profundamente isso e, também, ser um polo de disseminação de informações. Na universidade aconteceu isso. Como nós temos o privilégio de ter uma Escola de Medicina e um Hospital Universitário, em cada Conselho Universitário, contamos com a presença de um médico especialista que nos explicou sobre a origem do vírus, as características da pandemia e a necessidade do isolamento social. Para mim, foi supereducativo compreender, do ponto de vista de uma área, o que está acontecendo. Como é que a gente problematiza esse conhecimento e o trabalha levando em consideração o ponto de vista da educação, das questões pedagógicas? Veja, estamos relatando o que aconteceu na universidade. Qual seria o desafio da escola? Para que isso ocorresse, precisaríamos de gestores públicos que, de certa forma, não tivessem como foco a reposição de conteúdos e a preservação do calendário escolar, o que parece ser uma tendência nacional. Na universidade nós discutimos muito o calendário acadêmico. Sempre quando há essa discussão, há dificuldade em desmembrar o calendário civil do calendário acadêmico. Eu sei que as pessoas organizam suas férias de acordo com o calendário acadêmico, que é alinhado com o calendário civil, mas, neste caso específico, nós temos que descolar o calendário acadêmico do calendário civil, se quisermos manter o nível de qualidade do ensino que vínhamos proporcionando, seja na universidade, seja na Educação Básica. Isso não significa que a escola vai ficar parada. As discussões sobre a opção pelo ensino remoto foram muito antecipadas. Eu estou falando da educação pública porque para falar da educação privada teríamos que tratar aqui de outros elementos. Um colega me disse, no início da pandemia, que teve de aumentar a banda larga e comprar um computador para poder conseguir receber todo o material que a escola privada programou para o ensino de seu filho – só para vocês terem uma ideia de como é diferente a discussão do ensino remoto na escola privada. Mas me refiro à escola pública. Eu penso que a escola pública se antecipou. Quando o Estado distribuiu as apostilas para as crianças, de onde veio esse dinheiro e qual é o interesse? Quem fez esse material? Quem ganhou nesse processo? Esta é a grande questão: Quem ganhou nesse processo? As crianças? As empresas que produzem as apostilas? Em quem se pensou primeiro? Nas crianças ou nas empresas? Nesse primeiro mês de isolamento social, a escola deveria estar discutindo com os professores, virtualmente, para dar um salto de qualidade, para pensar em alternativas. É preciso dar conta dos objetivos e dos conteúdos a partir do momento em que for possível reunir as crianças numa sala de aula. Será possível reunir 35 crianças numa sala de aula ou 70 alunos na universidade? No mês de junho eu acho que não, portanto, estamos considerando mais um mês de isolamento. Então, seriam dois os papéis da escola neste momento: discutir com seu corpo docente quais são as possibilidades e se tornar um polo de difusão de informação. Acho que isso é muito importante.

O que a experiência da pandemia traz para o campo da formação de professores? O que é possível aprender com essa experiência?

As tecnologias facilitam o nosso dia a dia. Não acho que, quando nós voltarmos,



voltaremos iguais. Vou dar um exemplo básico: nós temos reuniões colegiadas na universidade, e a presença foi muito maior nessas reuniões *on-line* do que nas presenciais, por uma série de questões, como, por exemplo, por ser uma universidade multicampi, com *campi* localizados em várias cidades. Nós não voltaremos iguais e, de certa forma, nós utilizaremos mais as ferramentas tecnológicas. Eu acho que isso é fato. No entanto, quero chamar a atenção para o fato de que, ao aprendermos a manejar algumas ferramentas digitais e quisermos continuar utilizando-as porque elas nos ensinaram que é possível otimizar o tempo, não significa que, quando voltarmos para a sala de aula, para a escola, quando tratarmos sobre o processo de ensino-aprendizagem, essa transposição vai ser automática. Ela não vai ser automática porque, como eu falei, os próprios professores, às vezes, não têm internet banda larga, a própria escola não tem computador, enfim, a transposição não pode ser automática. Eu considero que nós, educadores, que trabalhamos com formação de professores, com educação, em parceria com a Educação Básica e fazemos pesquisas na área, temos que mostrar qual é a diferença, por qual razão defendemos o ensino presencial e como compreendemos o uso da tecnologia como um recurso para esse ensino. Acho que essa é a questão. A aula é um encontro, um encontro em que transparecem um processo anterior e um posterior, é resultado de um processo de planejamento e de avaliação. Para refletirmos sobre as questões pedagógicas que implicam o ensino remoto, temos que considerar três questões básicas: a questão do currículo, do processo de ensino-aprendizagem e da avaliação. A aula não é algo esporádico, atemporal, ela compõe um todo que chamamos de currículo. Uma disciplina na universidade está encaixada no projeto pedagógico do curso que indica o perfil de profissional que se quer formar. Quando consideramos a Educação Básica, no Ensino Fundamental, o ensino de matemática é organizado de forma a possibilitar que uma criança alcance os objetivos traçados para esse nível de ensino. Pensar somente a aula, em si mesma, fragmenta essa totalidade. Colocar um vídeo na tela e debatê-lo é aula? Ou seria uma versão de aula baseada no modelo tecnicista, em que o conhecimento é depositado “na cabeça” do estudante?

Não é possível problematizar o ensino a distância sem discutir as questões que estão implicadas no ato de ensinar. Precisamos defender o ensino que nós entendemos que deva ser oferecido na escola pública. Ensinar e aprender é um processo. Quando discutimos o processo, outra questão muito séria é a avaliação. Como eu vou avaliar o estudante lá na frente? A partir de pequenos ensaios, pequenos debates, pequenas formas de ensino remoto que eu fui dando ao longo do tempo? Quando nós temos uma visão da totalidade do processo de ensino-aprendizagem, do currículo escolar, temos uma visão mais abrangente de todas as idiosincrasias da escola que vão se formulando e reformulando. É muito difícil reduzir essa discussão para o ensino a distância, como se ensinar se reduzisse a “enviar uma lista de exercícios de matemática para meus alunos do Ensino Médio; eles fazem e eu corrijo”. Se não tomarmos cuidado, tudo aquilo que caminhamos no sentido de conceber a aula como um processo de interação entre sujeitos se reduzirá ao uso de ferramentas. O uso da tecnologia pode trazer de volta aquele ensino tecnicista em que o aluno assiste a um vídeo, eu problematizo sobre o vídeo e digo que ele aprendeu. Nós sabemos que o processo de ensino-aprendizagem não é assim. Ele não



acontece numa aula, ele se configura em um processo. Se o professor está acostumado a planejar uma sequência didática, essa questão fica mais clara, porque na sequência didática o professor associa uma aula a outra, vai tecendo as aprendizagens, o que possibilita a troca com os estudantes. Para a psicologia de Vigotski, por exemplo, a interação é um princípio pedagógico. Como seria promover a interação com o uso das ferramentas tecnológicas? Eu estou aqui fazendo uma exposição e outra pessoa faz uma pergunta, mas eu continuo sendo o centro da fala. Esse é o modelo de ensino tradicional, e é isso que nós temos tentado fazer diferente na escola. Existem muitas armadilhas, e uma delas é pensar nessa interação por meio das ferramentas tecnológicas. Nós estamos sentindo na pele como a ausência de outros corpos faz falta, um abraço, um beijo; você sente vontade e não pode. Imagina na escola, quando você pensa na complexidade do processo de ensino-aprendizagem, o quanto essa interação é importante. A presença é importante. Quando reduzimos esse processo para resolver um problema de calendário escolar, corremos o risco de colaborar com a ideia de que tudo deu certo e que se pode adotar o uso das tecnologias na escola da forma como vem sendo feito.

Nós estamos vivendo um momento político no Brasil em que não temos informações precisas, análises oficiais mínimas sobre a realidade que estamos enfrentando. Eu sou diretora de uma escola, de um *campus* universitário, e sinto falta de informações mais assertivas, porque eu tenho que tomar decisões daqui para a frente. E acredito que isso esteja acontecendo com os diretores de escola, diretores regionais, com prefeitos e governadores. Se a perspectiva é que a situação se prolongue para 2022, é importante ressaltar que não dá para radicalizar, teremos que incorporar as tecnologias ao ensino. Algumas coisas são possíveis de serem feitas, vamos propor alternativas para aquelas crianças que têm acesso à internet para que existam, pelo menos, outros vínculos neste momento que não só os da família. Mas quem tem que debater isso são as escolas. Seria necessário que os gestores públicos estivessem investindo nesse debate porque nós não estamos falando de dois meses de pandemia. Não podemos aceitar paliativos para a educação. Temos que dizer que nós sabemos que não é assim que se educa, não é assim que se forma. Temos que dizer o que nós achamos ser possível fazer, mas isso não significa dar conta daquele currículo que foi planejado, aquele que está lá nos documentos. Não dá para dar conta, de forma remota, do que foi planejado. Nós, educadores, precisamos nos colocar. Nós precisamos dizer para a sociedade, para os gestores, para os pais, para as crianças até onde é possível ir. Nós temos que ter autonomia de pensamento e pautar as nossas instituições para que esse debate seja realizado e que a gente assuma o que pode ou não ser feito. Vamos desenvolver determinadas atividades remotamente porque a escola não vai parar, a universidade não vai parar, mas essa alternativa, embora importante e educativa, não dará conta dos conteúdos escolares, não dará conta de calendário escolar. Toda essa discussão tem que ser amadurecida.

Se considerarmos a avaliação do processo de ensino-aprendizagem, temos outro problema a ser resolvido. Se a avaliação é processual, como você vai avaliar esse estudante remotamente? Na sala de aula há a possibilidade de problematizar, de reagir a um gesto que o aluno faz; uma cara de dúvida leva o professor a instigar o aluno. No ensino remoto isso se perde. Eu acredito que temos que tomar cuidado com essas ciladas, temos



que entender exatamente que o modelo de ensino adotado nas escolas públicas é presencial e que estamos vivendo uma conjuntura que exige da gente um debate e uma tomada de decisão com bastante consciência e precaução. Não é fácil, mas é isso que temos que fazer.

Neste contexto em que algumas famílias estão com dificuldades na organização da rotina doméstica para assistir suas crianças em meio ao trabalho remoto, outras estão em situação de desemprego e perda de renda que se somam a toda questão psicológica que o momento desencadeia, como ansiedade, medo, angústia, além, também, de famílias com membros doentes ou assistindo familiares doentes, ou até mesmo em processo de luto. Como professores, e pensando nas necessidades de desenvolvimento das crianças, que palavra poderíamos dizer às famílias neste momento?

É muito difícil separar todas essas questões para discutir. Herdamos uma forma de pensar fragmentada, dificilmente pensamos dialeticamente, as informações que nos chegam também são fragmentadas. Parece-me que discutir educação é uma coisa, discutir a pandemia é outra, discutir ensino remoto é outra. Nós não podemos perder de vista a compreensão da totalidade. Vou dar um exemplo: estamos em casa lembrando que tem que lavar as mãos. Há uns 15 dias, no entorno do *campus* Guarulhos, havia uma população de um condomínio enorme que não tinha água. Os moradores tiveram que se organizar e ir à Sabesp. Vale aqui registrar que se trata do segundo maior município em população do estado de São Paulo, com mais de 1 milhão de habitantes. Eu não sei muito bem o que falar para essas famílias. O que a gente fala para essas famílias que estão sem água? Para essas pessoas que eram diaristas nas casas da classe média e que deixaram de receber o seu salário porque simplesmente foram dispensadas? São mulheres, a maioria mães de família, muitas delas sofrendo violência. A violência doméstica está aumentando nesse período. Eu estou olhando para a realidade brasileira. Posso olhar para a parcela mais rica do Brasil – eu também posso fazer isso –, mas estou olhando do lugar onde a escola pública olha. Quem está na escola pública? Quando você vê todas essas questões que acontecem e você está num país que cada vez mais extingue os direitos e a assistência ao trabalhador, fica mais difícil ainda saber o que dizer. Por exemplo, quando você perde o emprego, mas tem carteira assinada, décimo terceiro, fundo de garantia, tudo fica mais fácil, mas houve uma diminuição considerável dos empregos com carteira assinada no país, e isso se reflete agora com o isolamento social e as condições sociais da população.

O que a escola diz para esses pais? O que o professor diz para essas crianças? Nossa responsabilidade é muito grande. Se a escola tiver condições de obter o mínimo de inserção no seu entorno, por meio da tecnologia, não vejo de outra forma, eu acredito que tem que dizer o que está acontecendo. Eu fui ao bairro dos Pimentas, em Guarulhos, essa semana e lá o comércio está fechado, mas alguns lugares estão funcionando, as pessoas na rua sem máscara. Será que esse seria o papel da escola? Tentar informar e efetivamente explicar melhor o que está acontecendo? Talvez. Será que uma tentativa de desenvolver, pelo menos, algumas atividades *on-line*, com algumas crianças que tenham



acesso à internet, seria uma forma de chegar a essas casas? A escola precisaria discutir.

Eu não consigo responder diretamente o que nós podemos falar para essas pessoas, é muito difícil. O que eu consigo enxergar é que temos que colocar em pauta, principalmente nós, que estamos nos cursos de formação de professores e pesquisamos na área, temos que pautar estas questões: O que é educar numa sociedade com tantas desigualdades sociais? Como enxergamos os nossos estudantes? Essas questões transpareceram porque elas estão sendo escancaradas pela realidade, pela pandemia. É difícil saber o que falar agora. Eu considero que no momento nós temos que agir e acho que a ação dos professores ou dos gestores, dos diretores, seria pautar essas discussões encontrando meios de interlocução com o entorno da escola, uma interlocução muito mais voltada à questão da informação. Acho que nós temos que agir porque os estudantes, os pais dos estudantes, as pessoas do entorno que nós conhecemos estão sofrendo um processo de empobrecimento muito rápido. Nós temos que agir e, daqui para a frente, reformular a resposta sobre qual é o papel social da escola pública nessa conjuntura de desigualdade social que está escancarada no Brasil.

Suas últimas palavras para encerrarmos.

Se a universidade pública estiver junto com a escola pública, nós ficaremos com uma voz muito mais forte para dizer as coisas que precisam ser ditas e mostrar para a sociedade em geral e, principalmente, para os gestores que o que nós estamos dizendo é muito importante. Essa é a nossa forma de debater.

As diversas áreas da educação, as licenciaturas devem estreitar os vínculos com a Educação Básica; esse é o momento de a universidade fazer isso. Não adianta só conversarmos entre nós. Temos que mostrar o conhecimento que produzimos para a sociedade, fazendo exatamente isso que estamos fazendo agora, um debate, junto com as escolas públicas. Temos que dar visibilidade para esse debate. É importante questionar a quem interessa o ensino a distância. Nós temos a obrigação de não descolar a discussão sobre educação de discussões sobre as características do país em que nós vivemos. A melhoria da qualidade da educação depende de políticas públicas, e para isso há de se ter orçamento para a educação. Para se ter orçamento, é necessário derrotar a emenda constitucional que instituiu o teto de gastos. Não dá para discutir educação se não discutirmos essas outras questões. Precisamos entender a inestimável contribuição que a universidade tem para dar à sociedade. Nós temos essa obrigação e podemos dar essa valiosa colaboração. Os problemas da educação não serão resolvidos com o ensino remoto, pois é necessário um olhar apurado sobre a realidade e a conjuntura. Mas não somos nós que vamos dar a solução. Nosso propósito, como profissionais e pesquisadores, é explicarmos e cobrarmos a quem é de direito. Digamos o quanto a educação pública é importante para a população brasileira, seja Educação Básica, seja Ensino Superior, e do que precisamos para ela funcionar efetivamente. Esse ponto de vista não é diferente do que discutimos nos nossos grupos de pesquisa. Eu queria dizer que espero ter atendido às expectativas. Este espaço para o debate é um espaço muito importante para desvelar que temos, mais do que nunca, um papel importante. Quem está na universidade desenvolvendo pesquisas tem um papel fundamental, os professores da educação pública



devem pautar essa discussão sobre a educação.

Recebido em: 29/05/2020

Aceito em: 26/07/2020